

II Congresso Histórico Internacional

AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE

18 a 20 de outubro de 2017

ATAS

CIDADE MODERNA - II

2017

FICHA TÉCNICA

Título

II Congresso Histórico Internacional
As Cidades na História: Sociedade

Volume

V - Cidade Moderna - II

Edição

Câmara Municipal de Guimarães

Coordenação técnica

Antero Ferreira
Alexandra Marques

Fotografia

Paulo Pacheco

Design gráfico

Maria Alexandre Neves

Tiragem

200 exemplares

Data de saída

Dezembro 2019

ISBN (Obra completa)

978-989-8474-54-4

Depósito Legal

364247/13

Execução gráfica

Diário do Minho

ÍNDICE

COMUNICAÇÕES

pág. 7

Las parroquias de Salamanca desde la edad moderna a 1887: Continuidad y Adaptación

José Antonio Ortega, Clara García-Moro

pág. 41

Alicante en el Siglo XVIII. Alianzas Matrimoniales y Estructura del Hogar en una ciudad Portuaria

José Luis Baño Sánchez

pág. 69

Influencia de la Planificación Urbana Realizada en las Islas Canarias, para su implantación en América

José-Luis Machado

pág. 115

Estructura social de la población Portuguesa en las ciudades Andaluzas: el ejemplo de Córdoba en el siglo XVII

Juan Aranda Doncel

pág. 147

¿Cómo funciona la ciudad mercantil?: situando las actividades económicas en la Sevilla del siglo XVI

Juan Manuel Castillo Rubio

pág. 175

A paisagem sonora de Angra no século XVII: Uma perspectiva a partir da actividade das suas instituições religiosas

Luís Henriques

pág. 197

Olhares historiográficos sobre a cidade de Coimbra na Época Moderna

Margarida Sobral Neto, Ana Isabel Ribeiro

pág. 215

Do necessário para a comodidade dos povos. Investimentos camarários, organização administrativa e conformação do espaço urbano nos primeiros anos de criação da Vila de Santa Maria de Baependi. (1815-1824)

Maria Cristina Neves de Azevedo

pág. 245

Os cofres dos órfãos e o financiamento de Alcácer Quibir

Maria de Fátima Machado

pág. 265

Úbeda y los ubetenses en 1786. Radiografía de una ciudad andaluza a finales del s. XVIII

María del Carmen Irlés Vicente

pág. 293

Gobierno ciudadano y familia. La perpetuación política en una ciudad del Reino de Granada: Vélez- Málaga

Maria del Pilar Pezzi Cristóbal

pág. 311

El espacio urbano como espacio de confluencia de poderes en la Galicia Moderna. Un estado de la cuestión y algunos ejemplos sobre A Coruña en la primera mitad del siglo XVIII

María López Díaz

pág. 341

Alicante o Cartagena: La elección de una ciudad portuaria para la llegada de Carlos III a la corte

M^a Luisa Álvarez y Cañas

pág. 371

Ribeira Grande de Santiago – uma cidade ultramarina do período moderno entre 1533 e meados do século XVIII

Maria Teresa Avelino Pires Cordeiro Neves

pág. 389

Cidade e conflito de competências na Compostela de Antigo Regime. A querela do colegial Don André de Espinho com o arcebispo e reitor de Fonseca por ser desprovido da sua vaga a finais do século XVII

Mónica F. Armesto

pág. 411

Celebraciones públicas urbanas a comienzos de la Modernidad. La conmemoración de la conquista malagueña

Pilar Ybáñez Worboys

**Ribeira Grande de Santiago – uma
cidade ultramarina do período
moderno entre 1533 e meados do
século XVIII**

Maria Teresa Avelino Pires Cordeiro Neves

CHAM – Centro de Humanidades

NOVA/FCSH - UAc

mteresavelinopiresgmail.com

Em 31 de Janeiro de 1533 a vila da Ribeira Grande da ilha de Santiago de Cabo Verde foi instituída em sede de bispado com jurisdição espiritual não só sobre toda a área insular mas também sobre o território da costa da Guiné compreendido entre o cabo Verde e o cabo das Palmas.¹ Ao mesmo tempo ascendia, *de jure*, ao estatuto de cidade, passando a ser designada nas fontes, a partir de então, como “a cidade de Santiago”. Era o culminar de um processo de desenvolvimento comercial, de crescimento demográfico e urbano que se iniciara em finais do século XV com a chegada dos Portugueses à desabitada ilha; mas também era o corolário da eficácia das instituições criadas na sede da capitania da Ribeira Grande, futura cidade do mesmo nome, assim como do dinamismo da população que a povoou e da sociedade emergente, pese embora a sua base escravagista.

O desenvolvimento comercial e o aumento demográfico que fundamentaram a criação da cidade em 1533 foi a consequência lógica de várias prerrogativas régias concedidas aos primeiros moradores, nomeadamente, exclusividade comercial e isenções fiscais no resgate de escravos na costa africana contígua às ilhas denominada Rios da Guiné. Conseguiu-se assim aliciar um grupo significativo de indivíduos europeus interessados nesse lucrativo comércio, não só portugueses mas também castelhanos e genoveses² que também contribuíram para o povoamento das ilhas. Esses privilégios comerciais e fiscais concedidos pelo rei Afonso V condicionaram, desde logo, a forma como se estruturou a sociedade ribeiragrandense: de um lado, os que se dedicavam ao resgate de escravos, os armadores e os participantes nas armações; do outro lado, os escravos transportados da costa africana pelos mesmos armadores, primeiro apenas como mercadoria grandemente lucrativa no comércio externo mas depois também como principal mão-de-obra em toda a actividade produtiva interna.

¹ *Monumenta Missionária Africana (MMA)*, 2ª série, vol. II, doc. 80. Ereção da diocese de Cabo Verde pela bula *Pro Excelenti*, do Papa Clemente VII, 31 de Janeiro de 1533, pp. 249-252.

² Note-se que o primeiro capitão do donatário das ilhas foi um genovês, António da Noli (ou Nole).

A sociedade da Ribeira Grande nasceu deste binómio: homem livre branco/escravo negro e permaneceu durante mais de três séculos ligada ao comércio de escravos. Com o correr dos tempos essa sociedade polarizada em dois sectores torna-se muito mais complexa, étnica e socialmente. Já no início do século XVI se documenta a existência de homens livres, brancos e negros que não se enquadravam nas duas categorias sociais em que a sociedade se estruturou inicialmente. Por exemplo, num documento de 1513 que nos possibilita uma visão abrangente da população da Ribeira Grande dessa altura, além dos “vizinhos homens honrados brancos”, os designados homens-bons, são também referidos “vizinhos negros”,³ isto é, africanos detentores de um estatuto, o de vizinho, que lhes facultava vários direitos como moradores, nomeadamente, o de comerciarem livremente na costa contígua com as mesmas facilidades e isenções fiscais, tal como se pode comprovar em vários documentos.

Por essa altura a população livre já devia ultrapassar as trezentas pessoas. Isso se ao total dos 159 moradores indicados nesse documento acrescentarmos as famílias dos considerados vizinhos (homens honrados brancos e vizinhos negros, num total de 74) e utilizarmos o coeficiente de multiplicação de 4,3 por agregado doméstico.⁴ Contudo, a população escrava aumentava substancialmente. Isto porque os armadores e os grandes mercadores locais eram também proprietários rurais, situação criada no início do povoamento com a distribuição de terras que as deixara vinculadas a um número reduzido de proprietários reinóis, através da instituição de morgadios e capelas. Se inicialmente esses moradores/armadores obtinham os escravos nos Rios da Guiné através da troca com os produtos transportados do Reino, vendendo-os rapidamente para o exterior com o objectivo de ampliar o seu investimento inicial, a partir de uma certa altura, perante os excessos cometidos nesse negócio negreiro, uma regulamentação régia só os permitia comerciar na costa africana com os produtos originários das ilhas. A necessidade de incentivar a produção das suas terras para a obtenção de matérias-primas (o algodão, os panos, as peles e o couro), imprescindíveis ao comércio na costa africana, vai provocar o aumento do volume de importação de mão-de-obra africana, transformando o escravo num elemento indispensável à produção agrícola e pecuária insular.

Para a primeira metade do século XVI não há dados que permitam calcular o número de escravos existentes na Ribeira Grande uma vez que a maioria da população escrava se encontrava disseminada pelas zonas rurais do interior, ligada aos trabalhos e obrigações dos morgadios e capelas; na Ribeira Grande concentrava-se a população livre e um número significativo de escravos urbanos que a servia. Entre os que usufruíam dos serviços desses

³ *Corpo Documental I, História Geral de Cabo Verde (HGCV)*, doc. 80, carta do corregedor Pêro de Guimarães ao rei, 22 de Maio de 1513, p. 219-223.

⁴ Maria Teresa Avelino Pires C. NEVES, *O Município nas ilhas de Cabo Verde - Séculos XV a XVIII*, p. 65. José Vicente SERRÃO propôs o coeficiente de 4,3 in “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII” in *História dos municípios e do poder local*, pp. 63-77.

escravos contam-se as principais autoridades político-administrativas e eclesiásticas. Note-se que na Ribeira Grande se instalaram desde logo o poder senhorial (capitão do donatário, ouvidor senhorial) e régio (corregedor, contador, feitor, almoxarife) o que lhe conferiu uma primazia de cariz político-administrativo sobre as restantes comunidades de Santiago. Entre a população livre podia-se distinguir o seguinte ordenamento social: uma pequena nobreza (alguns fidalgos, criados do Rei, mas sobretudo cavaleiros e escudeiros), clérigos (vigário, frades, pregadores) e oficiais mecânicos (carpinteiros, sapateiros, alfaiates, mareantes). Ou seja, os povoadores e fundadores da Ribeira Grande tinham transposto para Santiago um modelo de estrutura social semelhante ao do Reino mas que apresentava a peculiaridade de conter na sua base uma numerosa população escrava que se dedicava sobretudo ao cultivo das terras nos morgadios e capelas pertencentes a uma minoria de armadores e comerciantes reinóis. Estes constituíam o grupo social dominante na cidade e tendo já a posse da terra e a jurisdição pessoal sobre os escravos que nela trabalhavam assim como o domínio do comércio, logo se organizaram para exercer o domínio social e político.

Foi através das instituições locais (a Câmara, a Misericórdia e as Ordenanças), igualmente transpostas e pela mesma ordem do Reino para a cidade que os moradores na sua qualidade de “homens-bons”, os armadores e comerciantes, se afirmaram e grangearam um grande ascendente político sobre a restante parcela da sociedade ribeiragrandense. A instituição camarária foi o principal meio através do qual esse grupo social concretizou essa predominância política. Em meados do século XVI quando a Ribeira Grande se converteu em cidade, o poder camarário estava bem organizado e consolidado à volta de brancos reinóis da pequena nobreza, detentores de grandes recursos que tinham multiplicado com o comércio externo, sobretudo de escravos. Numa vereação realizada em 1555, apresentavam-se ao rei como [...] “fidalgos, cavaleiros e pessoas nobres do regimento da terra.”⁵ Até ao final do século XVI, o grupo social dominante será constituído por armadores ou grandes mercadores locais, simultaneamente proprietários rurais, que se faziam eleger ou reeleger para os altos cargos municipais da cidade. Eram juizes ordinários ou vereadores da Câmara da cidade mas não descuravam a possibilidade de ocupar os ofícios régios proeminentes em caso de vagatura dos titulares. Cargos como o de escrivão, almoxarife, contador e até feitor da Fazenda Real eram muitas vezes desempenhados por membros desse grupo social que também utilizavam o serviço régio como um meio de pressão sobre a restante camada social. O serviço que prestavam ao rei tinha outra vertente na actividade militar, sobretudo a partir do final da década de setenta ou início da de oitenta com a criação das companhias de Ordenanças, companhias milicianas cujas chefias lhes

⁵ IAN/TT, *Fragmentos*, cartas para el-Rei, caixa 1, maço 1, doc. 1, carta da Câmara da Ribeira Grande, 23 de Janeiro de 1555.

permitiram dispor de mais um meio de actuação sobre os moradores, acrescentando-lhes o poder militar ao poder político, económico e social que já detinham. Tal como nas vilas e cidades do Reino, cada companhia era comandada por um capitão e na Ribeira Grande acudia aos rebates nos três baluartes (o da Vigia, o da Ribeira e o de São Brás) apetrechados de artilharia que defendiam o porto em frente à vila e erigidos nas três partes por onde a cidade podia ser atacada.”⁶

Não foi por acaso que a Ribeira Grande foi erigida perto do mar. A colocação de escravos nos circuitos comerciais externos implicava a existência de um porto próximo onde os meios de transporte marítimo os pudessem recolher e os fizessem escoar para os mercados aquisidores. Desde logo se desenvolveram dois circuitos comerciais que se cruzavam em Santiago, mais precisamente no porto da Ribeira Grande uma vez que o porto da Praia tinha ainda pouco movimento comercial: O circuito africano (Santiago-costa da Guiné-Santiago) e o euro-africano (Portugal-Santiago-Portugal ou Castela-Santiago-Castela).⁷ Ao porto da Ribeira Grande chegavam de Portugal e Castela produtos manufacturados, da costa africana escravos e mercadorias exportáveis (marfim, cera, algália, etc.), sendo portanto porto de partida destas para a Europa e dos produtos originários das ilhas de Cabo Verde para os Rios da Guiné.

O alargamento das rotas comerciais no século XVI, propiciado pela abertura de novos mercados do comércio de escravos nas Antilhas, aliado à localização litorânea e atlântica da cidade, facilitadora da circulação de mercadorias, transformou o porto da Ribeira Grande num florescente ancoradouro do comércio transatlântico e plataforma de articulação de três continentes, Europa, África e América, favorecendo o grupo social dos moradores da cidade envolvidos nos negócios na costa africana e na exportação de escravos. Documentos da época referem naus antilhanas no porto à espera da chegada de escravos, dispostos a pagar qualquer preço por eles, tanta era a procura. Em 1549 o contador das ilhas afirmava numa carta ao rei D. João III: [...] “tirando a cidade de Lisboa, nem duas cidades rendem tanto quanto ela que vai em crescimento, por razão que toda a navegação do Brasil e de Peru e das Antilhas e da ilha de S. Tomé para todos é reparo”⁸. Ou seja, grande parte do tráfego marítimo atlântico fazia escala no porto da Ribeira Grande sobretudo para a obtenção de escravos mas também para o abastecimento dos navios que necessitavam de água, de frutos frescos, de carnes, gado vivo ou de querenagem.

Ao cruzamento de vários circuitos comerciais no porto da cidade se deve a presença de

⁶ MMA, vol III, doc. 42, relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde, 26 de Janeiro de 1582, pp. 97-107.

⁷ Maria Manuel Ferraz TORRÃO, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, sobre este assunto in *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, pp. 237-345.

⁸ MMA, 2ª série, vol. II, doc. 120, carta do contador André Rodrigues a D. João III, 27 de Março de 1549.

pelourinho, ficava a rua da Praça e nela o edifício onde no primeiro andar a vereação se reunia, a primitiva casa da Câmara, e no piso térreo a prisão, muito próximo da ribeira Maria Parda. A rua da Praça, onde existiriam *logeas*, fazia ângulo com a rua da Misericórdia e nesta se localizava a igreja da Misericórdia e o Hospital. Esta rua era o prolongamento das já referidas ruas do Calhau e do Porto. No seu seguimento, mais a norte, chegava-se pelo beco da Misericórdia a uma área urbana denominada Figueira de Portugal. O tecido urbano abarcava ainda três bairros, o de São Pedro, o de São Brás e o de São Sebastião, descritos pelos oficiais da Câmara da cidade em 1626.¹⁰

O bairro de São Pedro localizava-se na margem direita da ribeira Maria Parda e começava, a norte, com uma rua do mesmo nome que a partir de uma determinada transversal, para sul, passava a ser a rua Direita (cfr. planta) correndo ao longo da ribeira [...] “até ao porto onde surgem os navios” e tinha duas ruas paralelas, a da Banana e a da Carreira com as respectivas transversais. A rua da Banana desembocava, a norte, num largo perto do Colégio, para depois cruzar com a perpendicular rua do Convento que ia dar ao Convento dos Religiosos de São Francisco. No seguimento da rua da Banana, surge a rua da Horta Velha que se prolonga para norte. A rua da Carreira desembocava no largo da igreja de N^a. Sr^a. da Conceição. No bairro de São Pedro os armadores e grandes comerciantes construíram preferencialmente as suas casas de sobrado e nelas residiam os notáveis da cidade durante os séculos seguintes, como se pode testemunhar pelas referências no mapa aos inquilinos de algumas casas. Na rua Direita, a de Domingos Espíndola (ou Espínola), homem da governança local, a da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, a nova casa da Câmara (século XVII), a do coronel João Freire de Andrade e outra da sua irmã, D. Violante Freire de Andrade, na rua da Carreira, perto da do mestre-escola Nicolau da Fonseca Araújo, no referido bairro.

A sudoeste do bairro de São Pedro, num pequeno planalto debruçado sobre o mar, ficava o bairro de São Brás. Este bairro ficou conhecido por ter sido residência e ter ficado na posse dos missionários Jesuítas. Segundo a descrição do padre jesuíta Sebastião de Araújo, era formado por duas zonas delimitadas por um comprido arruamento denominado rua da Cidade que tinha “25 palmos de largura.”¹¹ Começava no forte de São Lourenço e terminava no forte de São Brás, já dentro da parte mais antiga da cidade. Construído no fecho ocidental da baía, o forte de São Brás é referenciado, pelo menos, desde 1582.

O bairro de São Sebastião ficava no extremo oriental da baía, num planalto elevado,

¹⁰ MMA, 2^a série, vol. V, doc. 42, carta da Câmara da ilha de Santiago a El-Rei D. Filipe II, 15 de Abril de 1626.

¹¹ *“Duas partes, ambas nossas, tem este sítio. Huã da banda da terra pera o norte: outra da banda do mar pera o Sul. Pello meyo destas duas partes atrauessa huã rua da Cidade de oriente a occidente, de 25 palmos de largo. A parte que fica pera o Norte ... consta ao comprido de 180 palmos, e de largo 109. A que fica pera o Sul tem de comprimento 158, entrando toda a ermida de S. Bras: e de largura até á rocha em cujo pé bate o mar, 135 ... (palmos). MMA, 2^a série, vol. v, doc. 76, Residência da Companhia em Cabo Verde, 30 de Maio de 1630, p. 244.*

defendido pelo forte de São Veríssimo. Este espaço urbano emerge com a criação da sede da diocese de Cabo Verde na Ribeira Grande e a consequente necessidade de um conjunto de edifícios que albergasse a administração diocesana encabeçada pelo Bispo e suportada por um corpo de clérigos e dignidades inerentes à criação do Bispado.¹² Alguns monumentos, testemunhos da prosperidade comercial da cidade durante o século XVI, são a imponente catedral para aí projectada (mais tarde reduzida na sua concepção), assim como o palácio episcopal e o aljube. No final do século XVI, já durante o domínio espanhol e com um novo sistema político-administrativo, o governo-geral,¹³ fortifica-se a cidade e começa-se a construir uma fortaleza no ponto mais elevado, a Fortaleza Real de São Filipe, local onde passaram a residir os governadores de Cabo Verde. A documentação refere ainda um bairro onde se acomodava metade da gente pobre da cidade, formado sobretudo por choupanas, denominado “Aldeia dos Sapes”¹⁴ mas não se consegue localizar o espaço exacto em que ficava esse extenso bairro. É muito provável que a cidade albergasse na sua periferia outros bairros pobres que não aparecem referidos na documentação.¹⁵

Ribeira Grande era pois o principal centro do poder político-administrativo e eclesiástico das ilhas de Cabo Verde e costa da Guiné. Era o local de residência do governador e do bispo, era a sede da principal instituição camarária, da Casa da Misericórdia e do único hospital das ilhas. Cidade portuária rica e cosmopolita atraiu a atenção de piratas e corsários que frequentemente a atacavam. Entre os vários ataques que sofreu, primeiro por parte de piratas e corsários Franceses, e a seguir, Ingleses e Holandeses durante a segunda metade do século XVI, registre-se o de 1578 em que o porto da Ribeira Grande sofreu uma investida dos corsários ingleses sob o comando de Francis Drake que aprisionou alguns navios. O mais grave foi o de 1585 quando o mesmo corsário invadiu, saqueou e a seguir incendiou a cidade. Sabe-se por um empréstimo solicitado ao rei destinado aos moradores da Ribeira Grande no valor de dez mil cruzados [...] “para com eles comprarem madeira, cal e telha para reedificarem suas casas” que três partes da cidade foi queimada e destruída.¹⁶ Foi a partir destes ataques arrasadores que o governo filipino decidiu fortificar a cidade da Ribeira Grande, proceder à reconstrução dos fortes existentes e construir novos, do que resultou um conjunto de sete baluartes incluindo o primitivo Presídio, que haveriam de defender a cidade durante os séculos seguintes (cfr. planta anexa).

¹² Maria Emília Madeira SANTOS e Maria João SOARES, “Igreja, missão e sociedade” in *HGCV*, vol. II, pp. 359-509.

¹³ *MMA*, 2ª série, vol. IV, doc. 29, regimento do governador Francisco Correia da Silva, 9 de Novembro de 1605, pp. 81-87.

¹⁴ *MMA*, 2ª série, vol. V, doc. 52, Rol dos bens dos Padres Jesuítas em Santiago de Cabo Verde, 10 de Março de 1627.

¹⁵ Maria Emília Madeira SANTOS e Iva CABRAL, “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação,” in *HGCV*, vol. II, pp. 225-274.

¹⁶ *MMA*, 2ª série, vol. III, doc. 58, carta do cardeal Alberto a El-Rei, 8 de Março de 1586, p.133. “E que aos moradores daquela çydade deue vosa magestade mãdar èprestar dez mil cruzados de sua fazemda pera cõ elles cõprare madeira, cal e telha pera re [e] dificarem suas casas, por lhe queimarei e destroirem as três partes delias ...”

A expansão do comércio externo da Ribeira Grande enquanto porto de [...] “escala do Brasil, do Peru, de São Tomé, das Antilhas, da Flandres e Calais”¹⁷ foi acompanhada não só pelo crescimento urbano mas também pelo demográfico. De uma forma pouco equilibrada, o crescimento populacional acentuava a disparidade numérica entre a população livre e não livre. Por um documento de 1567 sabe-se que a cidade da Ribeira Grande e o seu termo continham mais de mil vizinhos.¹⁸ Se considerarmos que o vocábulo “vizinho” corresponde, no Antigo Regime, a agregado doméstico ou fogo, utilizando o coeficiente de multiplicação 4,3 por agregado familiar,¹⁹ a população livre da cidade e do seu termo corresponderia a cerca de 4300 moradores. Supomos que a urbe em si teria perto de 500 vizinhos ou fogos e portanto, seria habitada por 2184 pessoas livres e um número desconhecido de escravos. O que não contradiz um documento datado de quinze anos depois (1582) que afirma ter a cidade, nessa data, 508 vizinhos e 5700 escravos.²⁰

A partir da primeira década do século XVII vários condicionalismos convergiram para que nas ilhas de Cabo Verde se iniciasse um longo período de dificuldades económicas, comerciais e financeiras que tiveram um impacto marcante no comércio externo, no movimento portuário e na vida dos moradores da cidade da Ribeira Grande. Algumas medidas tomadas pelo poder central em meados do século anterior, iriam provocar, a longo prazo, a decadência comercial e o conseqüente empobrecimento dos moradores que armavam ou participavam nos circuitos comerciais referidos. Primeiro, as novas condições do contrato de arrendamento dos direitos régios das ilhas que permitiam aos contratadores e seus parceiros acederem livremente aos Rios da Guiné, onde obtinham directamente os carregamentos de escravos que pretendiam para as Antilhas sem a obrigatoriedade, como acontecia antes, de recorrer a Santiago e ao seu porto da Ribeira Grande como mercado fornecedor. A perda da exclusividade comercial com a costa africana por parte dos moradores vai provocar, paulatinamente, a ruína da classe mercantil de Santiago com os conseqüentes reflexos na sociedade escravocrata e na vida dos seus moradores. Com efeito, a redução da entrada de escravos e outros produtos africanos no porto da Ribeira Grande causou uma grande diminuição das receitas alfandegárias a arrecadar, provocando dificuldades à Fazenda Real na consecução do pagamento dos ordenados dos oficiais régios e locais que se faziam com esses impostos, desde o do governador, do bispo e do ouvidor-geral ao do simples porteiro da Fortaleza real. Durante todo o século XVII e XVIII, a vida quotidiana da população da cidade foi afectada pela carência desses impostos, dos

¹⁷ IAN/TT, *Inquisição de Évora*, Livro de Denúncia, 1544-1550, doc. de 1546. Ângela DOMINGUES, in *HGCV*, vol. I, p. 94.

¹⁸ IANTT, *Chancelaria de D. Sebastião*, Privilégios, Liv. 6, fls. 99v-100, carta de doação a Gonçalo Carvalho, 26 de Setembro de 1567.

¹⁹ José Vicente SERRÃO, “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII” in *História dos municípios e do poder local*, pp. 63-77.

²⁰ MMA, 2ª série, vol III, doc. 42, relação de Francisco de Andrade sobre as Ilhas de Cabo Verde, 26 de Janeiro de 1582, pp. 97-107.

produtos manufacturados e pela diminuição da entrada de moeda metálica provocadas pela restrição do movimento portuário.²¹

Como o desaparecimento da prosperidade comercial acarretou um certo isolamento da cidade em relação ao exterior, a terra passou a ser a principal fonte de riqueza das famílias e com os produtos que ela fornecia obtinham-se os recursos fundamentais com os quais se abasteciam os navios deles necessitados que aportavam à Ribeira Grande e se fazia algum resgate na costa africana contígua às ilhas, uma vez que os terratenentes continuavam a necessitar de mão-de-obra para o cultivo das suas terras e apascento do seu gado. Por essa altura já poucos moradores dispunham de embarcações ou de capitais para as poderem armar²² e apenas conseguiam fazer parceria com os governadores, os únicos que localmente conseguiam enviar navios por si ou em sociedade com outros armadores. A situação agravou-se em 1644, quando uma resolução régia provocada pela premente necessidade de abastecer de mão-de-obra os engenhos do Brasil, devido ao desenvolvimento da produção açucareira, levou à transferência da cobrança de direitos do tráfico negreiro de Santiago para a feitoria de Cacheu. Essa deslocação do local de cobrança de impostos acelerou a decadência da sociedade ribeiragrandense pelo que implicava de redução do movimento portuário, de entrada de impostos alfandegários e de moeda metálica e, conseqüentemente, de dificuldades no pagamento de todos os oficiais que compunham a estrutura político-administrativa instalada na cidade da Ribeira Grande.

Com o declínio comercial e financeiro e o desaparecimento do grupo social dos moradores/armadores, a sociedade da Ribeira Grande começou lentamente a mudar. Entre os naturais da terra começaram a destacar-se os proprietários fundiários, herdeiros e administradores de morgadios e capelas e descendentes dos antigos povoadores reinóis que na ilha permaneceram. Designados na documentação coeva por “brancos da terra,” formavam uma elite terratenente, a nobreza da terra, cujos membros começaram a integrar as magistraturas, as vereações camarárias, as chefias dos fortes e das companhias militares (as Ordenanças), a provedoria da Casa da Misericórdia, ou seja, os altos cargos locais da Ribeira Grande. Era sobretudo na Câmara da cidade que essa elite se encontrava mais bem representada e foi através dessa instituição que se empenhou na restauração da actividade comercial, marcando também com a sua acção política e social a vida da cidade e de toda a ilha nos séculos seguintes.

Essa elite local empenhava-se no serviço régio mas também era muito diligente na defesa dos interesses locais e servindo-se da instituição camarária como veículo privilegiado de comunicação com o poder central, invocava os relevantes serviços que constantemente

²¹ Maria Teresa Avelino Pires C. NEVES, *O Município nas ilhas de Cabo Verde - Séculos XV a XVIII*, pp. 213-240.

²² *Ibidem*, p. 218.

prestava à Coroa, pressionando-a com petições e representações com a finalidade de alcançar os seus objectivos de poder. Com a complacência da própria Coroa que necessitava do poder camarário como mediador nos mais variados aspectos da vida local, nomeadamente, no recrutamento das forças milicianas, na cobrança de impostos (caso dos “donativos extraordinários” que a Coroa solicitava às Câmaras), no apoio aos navios em escala, na defesa contra os piratas, corsários ou inimigos da Coroa e na repressão de insurreições, a elite local foi paulatinamente conseguindo obter, ao longo do século XVII, várias prerrogativas que lhe permitiram alargar o seu raio de acção e ampliar o seu poder, nomeadamente, a de poder governar interinamente em caso de vacância de governador.²³

O espaço urbano da Ribeira Grande permanecia sem grandes alterações, com os seus edifícios emblemáticos que albergavam as instituições europeias reproduzidas *in loco*. A cidade pouco cresceu a partir de então. Verificaram-se algumas benfeitorias no bairro de São Brás onde os membros da missão jesuíta se instalaram de 1604 a 1642. Os recursos que os Jesuítas foram acumulando durante a sua estadia, permitiram-lhes ocupar todo o bairro e realizar algumas obras pontuais, excepto o almejado edifício para o colégio que nunca se concretizou. Mais a norte da cidade, no terreno do morgado dos Mosquitos, iniciou-se em 1657 a construção do Convento dos Franciscanos para albergar os Religiosos da Província da Piedade que também foram em missão às ilhas de Cabo Verde,²⁴ em substituição dos Jesuítas que as tinham abandonado em 1642. Para além da missionação, os padres Franciscanos tiveram a incumbência do ensino das cadeiras de Gramática Latina e Teologia Moral²⁵ e pelas suas mãos passou a educação dos filhos dos moradores da Ribeira Grande até 1755. Quanto a monumentos civis, apenas se erigiu em 1694 um novo edifício para a casa da Câmara, agora na margem direita da ribeira Maria Parda, como se pode constatar na planta anexa.

No que diz respeito à população que habitava a cidade, só há dados demográficos para o final da segunda metade do século XVII. No contexto do início da celebração dos ofícios divinos na nova Sé catedral, apesar de inacabada,²⁶ o Bispo D. Frei Vitoriano Portuense decidiu criar uma nova freguesia, ficando uma com assento na Sé catedral e outra na igreja de Nossa Senhora do Rosário que tinha servido até então de Sé, passando a cidade a

²³ Maria Teresa Avelino PIRES, “Percurso e rostos da pequena nobreza da ilha de Santiago de Cabo Verde nos séculos XVI a XVIII” in *Actas do Congresso Internacional Pequena nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa, Maio de 2011.

²⁴ MMA, 2ª série, vol. VI, doc. 40, carta de D. Luísa de Gusmão ao governador de Cabo Verde, 22 de Novembro de 1656.

²⁵ AHU, *Cabo Verde*, cx. 14, doc. 96, carta do ouvidor-geral José da Costa Ribeiro, 27 de Setembro de 1732; carta do bispo D. Frei José de Santa Maria, 3 de Maio de 1754, anexa.

²⁶ Maria João SOARES, “A Igreja em tempo de mudança política e social” in *HGCV*, vol. III, p. 350.

contar com duas freguesias urbanas.²⁷ Numa informação precisa do ouvidor-geral João Coimbra Soeiro ao poder central em 1696, apoiando essa decisão, relatava que a cidade da Ribeira Grande constituía uma única freguesia mas dispunha de “1885 almas” distribuídas por 327 fogos.²⁸ Na margem direita da ribeira Maria Parda localizavam-se 167 fogos onde residiam 1040 almas; na margem esquerda, até à nova Sé, outros 157 fogos com 845 almas. Se compararmos este número, 1885 almas (com ou sem escravos?), com os 2184 moradores livres e 5700 escravos do final do século XVI, é evidente o decréscimo da população da cidade em relação ao século anterior.

Os dados demográficos seguintes referem-se já à primeira metade do século XVIII e acentuam esse decréscimo populacional. Estes dados constam de uma lista do bispado enviada ao Rei em 1731, em que a sociedade insular foi plasmada na sua composição sócio-étnica, tendo sido dividida em quatro grupos sociais: branco, mestiço, forro e cativo. Cada grupo assim definido foi ordenado por género e estado civil. Parecem estar subjacentes dois critérios: a situação jurídica perante a sociedade: (livres e cativos) e a cor da pele, entre os livres (branco, mestiço e negro/cativo).²⁹ Pode-se constatar (quadro anexo) que as duas freguesias da cidade contavam com um total de 1760 habitantes, incluindo os escravos e os menores. De salientar, a tendência para o predomínio do grupo étnico-social “forros,” em número mais elevado do que a população escrava. Isso verificava-se não só nestas freguesias urbanas mas em todas as rurais, o que indiciava já os primeiros sinais de decadência da sociedade escravocrata devido à falência da sua base social de apoio. Note-se também a aceleração do processo de miscigenação da sociedade ribeiragrandense que se detectara nos séculos anteriores, nomeadamente através de processos de legitimação da descendência.

Por esta altura a cidade estava praticamente destruída. Com efeito, 19 anos antes, a 4 de Maio de 1712, uma esquadra francesa comandada pelo general Cassard, corsário francês, composta por 12 navios, ancorou no porto da vila da Praia. A esquadra deve ter provocado um grande impacto visto as tropas terem fugido para o interior da ilha, sem oporem a mínima resistência aos invasores. Tendo desembarcado na vila da Praia, contornaram a Fortaleza Real (onde se encontrava o governador e as forças das Ordenanças que se puderam agrupar), desceram ao longo da ribeira e invadiram a Ribeira Grande. Durante

²⁷ AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 31, consulta do Conselho Ultramarino de 29 de Outubro de 1695 sobre carta da Câmara da Ribeira Grande de 5 de Agosto de 1695. *Idem*, *Conselho Ultramarino*, Códice 489, fl. 122-122v, carta régia aos oficiais da Câmara, 23 de Março de 1696.

²⁸ AHU, *Cabo Verde*, cx. 8, doc. 31, carta do ouvidor-geral João de Coimbra Soeiro, 29 de Fevereiro de 1696.

²⁹ Maria Teresa Avelino Pires C. NEVES, *O Município nas ilhas de Cabo Verde - Séculos XV a XVIII*, p. 259.

mais de uma semana, saquearam, destruíram e por fim incendiaram a cidade.³⁰ Foi o início do fim da cidade que nunca mais recuperou, apesar de, até meados do século XVIII, continuar a manter o seu simbolismo e nela continuar a residir o governador, a máxima autoridade das ilhas.

Quadro nº 1. A população das freguesias da Ribeira Grande em 1731

Duas freguesias da cidade		Branco	Mestiço	Forro	Escravo
População masculina	Casados	7	16	35	6
	Solteiros	48	23	181	256
População feminina	Casadas	5	18	50	17
	Solteiras	16	57	382	311
Menores	Sexo masculino	4	20	83	28
	Sexo feminino	2	36	106	51
Total populacional, incluindo menores, 1760		82	170	837	671

Fonte: Maria Teresa Avelino Pires, *O Município nas Ilhas de Cabo Verde - Séculos XV a XVIII*, p. 259.

Elaborado a partir da lista do bispado de Cabo Verde, anexa à carta do Bispo, 10 de Maio de 1731.

³⁰ AHU, *Cabo Verde*, cx. 9, doc. 75, carta do governador José Pinheiro da Câmara, 2 de Novembro de 1712; carta do ouvidor-geral Xavier Lopes Vilela; carta da Câmara da cidade, 29 de Novembro de 1712; relatório anónimo de 5 de Maio de 1712 e consulta do Conselho Ultramarino, 27 de Janeiro de 1713. Christiano José de Sena BARCELLOS, *SHCVG*, parte II, pp. 187-225.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes

I. 1. Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino: *Conselho Ultramarino*, Cabo Verde, *Caixas* 8, 9 e 14. *Conselho Ultramarino*, Códice 489.

Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo (IAN/TT): *Chancelaria régia de D. Sebastião e D. Henrique*, Privilégios, livro 6; *Fragmentos*, Cartas para el-Rei, caixa 1, maço 1; *Inquirição de Évora*, Livro de Denúncia, 1544-1550.

I. 2. Fontes Impressas

Monumenta Missionária Africana (1958-1968) coligida e anotada por António Brásio, 2ª série. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 6 vols.

Corpo Documental I, História Geral de Cabo Verde (1988), Lisboa: CEHCA (IICT) e Praia: DGPCV.

II. Bibliografia

BARCELLOS, Christiano José de Senna (1899). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 3 vols.

DOMINGUES, Ângela (1991), “Administração e Instituições”. In ALBUQUERQUE, Luís de, coord. - *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa: CEHCA (IICT) e Praia: DGPCV, pp. 41-123.

NEVES, Maria Teresa Avelino Pires C. (2009). *O Município nas Ilhas de Cabo Verde – Séculos XV a XVIII*. Dissertação de doutoramento, policopiado. FCSH, UNL.

PIRES, Maria Teresa Avelino (2011). “Percurso e rostos da pequena nobreza da ilha de Santiago de Cabo Verde nos séculos XVI a XVIII” in *Actas do Congresso Internacional Pequena nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime*, Lisboa: CEHCA (IICT).

SANTOS, Maria Emília Madeira e Iva CABRAL (1995). “Ribeira Grande: vida urbana, gente, mercancia, estagnação”. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. - *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa: CEHCA (IICT) e Praia: DGPCV, pp. 225-274.

SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João (1991). “Igreja, Missionação e Sociedade.” In In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. - *História Geral de Cabo Verde*, vol. II. Lisboa: CEHCA (IICT) e Praia: DGPCV, pp. 359-508.

SERRÃO, José Vicente (1996). “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”. In OLIVEIRA, César de, coord. - *História dos Municípios e do Poder Local*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 63-77.

SOARES, Maria João (2002). “A Igreja em tempo de mudança política, social e cultural”. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coor. - *História Geral de Cabo Verde*, vol. III. Lisboa: CEHCA (IICT) e Praia: DGPCV, pp. 327-406.

TORRÃO, Maria Manuel Ferraz (1991). “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”. In ALBUQUERQUE, Luís de, coord. - *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa: CEHCA (IICT) e Praia: DGPCV, pp. 237-345.